

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Título: Análise da Política de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos: estudo de caso no Circuito das Águas

Autor: Altamiro Lacerda de Almeida Júnior

Orientação: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima (*orientador*), Suely de Fátima Ramos Silveira, Magnus Luiz Emmendoerfer (*co-orientadores*)

Data da defesa: maio de 2011

O presente estudo apresenta a percepção de agentes estratégicos sobre a Política de Circuitos Turísticos e seus principais desdobramentos nos municípios pertencentes ao Circuito das Águas. Essa pesquisa foi classificada como um estudo de caso, do tipo descritivo. Para sua realização foram utilizados os seguintes meios de investigação: pesquisa bibliográfica e documental e levantamento.

O objeto de estudo é a Política de Circuitos Turísticos implementada nas cidades pertencentes ao Circuito das Águas, as unidades de análise são os dez municípios integrantes da associação do Circuito e a SETUR. A coleta dos dados partiu de documentos, publicações e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com um representante de cada município e com um representante da SETUR. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo. O conteúdo das análises revela o histórico da atividade turística na região do Circuito das Águas, as motivações para a integração dos municípios na Associação Regional

do Circuito das Águas - ARCA e uma análise da implementação da Política de Circuitos no Circuito das Águas. O histórico da atividade revelou três momentos distintos da atividade turística nas cidades pertencentes ao Circuito. O auge do turismo que ocorreu no início do século XX devido às práticas termais, aliadas a prática dos cassinos. O declínio da atividade, devido a proibição dos jogos de azar no Brasil e o fim dos tratamentos medicinais com práticas termais. E o momento da integração dos municípios a ARCA, fato que trouxe novas possibilidades para a atividade turística na região.

O estudo também apresenta as motivações que levaram os municípios a se integrarem ao Circuito dentre as quais se destacam os benefícios provenientes da política. A análise da implementação proposta nesse estudo revela as vantagens de se participar do Circuito, as ações realizadas pela SETUR para o Circuito das Águas e as mudanças ocorridas nos municípios pertencentes a ARCA. As principais vantagens apontadas foram o acesso a política e o repasse de recursos, a promoção e divulgação dos municípios e a integração da região favorecendo o aumento da permanência do turista. Entre as ações realizadas pela SETUR estão à capacitação, a sensibilização e a mobilização dos envolvidos com a atividade turística, o projeto APL das Águas e a promoção e divulgação dos municípios. Essas ações culminaram com a maior conscientização do setor privado, a maior promoção e divulgação dos municípios, fato que possibilitou a inserção de algumas cidades em roteiros turísticos e a implantação da

sinalização turística da região. Acredita-se que esse estudo contribua com o avanço na literatura sobre políticas públicas e turismo, pois o estudo proporciona o resgate da história do desenvolvimento turístico da região do Circuito das Águas. Da mesma forma esse estudo possibilita a partir de seus desdobramentos uma visão sobre o desenvolvimento político, econômico e social com vistas na integração dos municípios a uma associação para o desenvolvimento da atividade turística, além de proporcionar um feedback sobre as ações da Política de Circuitos Turísticos na percepção de agentes estratégicos permitindo ao Governo subsídios para decisões sobre a Política de Turismo de Minas Gerais.

*

Título: Gestão do conhecimento nas secretarias estaduais de Minas Gerais

Autor: Alana Deusilan Sester Pereira

Orientação: Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa (*orientadora*), Nina Rosa da Silveira Cunha, Edson Arlindo Silva (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

O objetivo deste trabalho é descrever a relação entre o processo da Gestão do Conhecimento realizado pelas Secretarias Estaduais com o contexto da Gestão por Resultados no estado de Minas Gerais. A pesquisa apoia-se em uma abordagem qualitativa e com base no objetivo proposto é classificado como um estudo de caso. As unidades de análise são as Secretarias do Estado de Minas Gerais e os sujeitos do estudo são os ocupantes dos

cargos de superintendência, assessoria ou direção e aqueles indicados como importantes no processo, totalizando 31 entrevistados. As técnicas de coleta de dados empregadas foram: entrevista semi-estruturada; observação direta e a análise documental.

Para caracterização do processo de gestão do conhecimento nas secretarias são utilizadas algumas dimensões definidas pelo estudo publicado pelo IPEA, no ano de 2005. Para classificar os projetos foram consideradas as variáveis retiradas da literatura e para tal classificação utilizou-se dois critérios: fenômenos centrais e processos críticos referentes à gestão do conhecimento e da informação. As secretarias que identificaram projetos de gestão do conhecimento foram: SEAPA, SECTES, SETUR, SEGOV, SEF, SES, SEPLAG, SEDS e SEMAD, totalizando onze projetos. Todavia, esses projetos são realizados como iniciativas isoladas nas secretarias apresentando a finalidade de gerenciar o conhecimento. Além disso, oito secretarias do Estado não apresentaram uma política de Gestão do Conhecimento e apenas em uma foi referida uma política de Gestão do Conhecimento, mas ainda não foi divulgada e não está sendo aplicada.

Desta forma, pode-se concluir que a Gestão do Conhecimento nas Secretarias se caracteriza como um processo bastante incipiente e apresenta limitações na estrutura e no gerenciamento. Porém, é importante destacar que todas as secretarias investigadas demonstraram muito interesse em dar prosseguimento aos projetos e a maioria reconhece o quanto os projetos precisam avançar. Ressalta-se,

ainda, que a maioria revelou que o projeto ainda está em estágio embrionário e que se trabalha em direção a uma gestão do conhecimento mais efetiva. Apesar dos projetos apresentarem falhas de cunho gerencial e operacional, as secretarias se preocupam em buscar soluções para todos os problemas. Com base nas características dos projetos e na análise dos processos constata-se que 55% das secretarias analisadas realizam a gestão da informação ao invés da gestão do conhecimento. Apenas os projetos de quatro secretarias apresentam os elementos preconizados pela gestão do conhecimento como definidos na literatura.

Considerando os indicadores e informações levantadas, pode-se afirmar que existe uma consonância entre os objetivos e os outputs dos projetos e os objetivos da Gestão por Resultado, o que permite afirmar uma relação e uma intenção de contribuição entre a Gestão do Conhecimento para a Gestão por Resultados no Estado. Esse fato sinaliza um bom sinal, sendo que os projetos apresentaram uma cultura voltada para os propósitos que a gestão por resultados propõe, mas para que haja contribuição de fato, os projetos podem e devem avançar na temática e possuir indicadores que comprovem a qualidade dos resultados dos projetos de Gestão do Conhecimento.

*

Título: Qualidade do gasto público e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado de Minas Gerais

Autor: Caio César de Medeiros Costa

Orientação: Marco Aurélio Marques Ferreira (*orientador*), Luiz Antônio Abrantes, Marcelo José Braga (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

A proposta deste estudo é investigar a relação existente entre a qualidade do gasto público e os níveis de desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. Para tanto, buscou-se conhecer as diferenças socioeconômicas entre os municípios mineiros, a eficiência relativa da administração pública na alocação do recurso, bem como os fatores associados a esta eficiência e, por fim, a relação entre os indicadores de qualidade do gasto público e os indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

O tema se mostra relevante, dadas as discussões que envolvem a questão da forma da alocação do recurso público e a promoção do desenvolvimento. Objetivando cumprir o proposto, esta pesquisa se pauta em modelos estatísticos, dentre os quais a análise multivariada dos dados, a análise envoltória dos dados e o método dos momentos generalizados, utilizando dados das mais variadas bases governamentais, como os do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Fundação João Pinheiro.

Como resultados destacam-se a identificação de duas estruturas socioeconômicas significativas entre si no território mineiro, a criação do Índice de Eficiência Municipal, além da verificação de que a gestão do recurso

público nos municípios que possuem uma condição socioeconômica pior são mais suscetíveis aos impactos ambientais. A relação entre a qualidade do gasto público e os níveis de desenvolvimento socioeconômicos nos municípios mineiros no período analisado somente foi significativa para os municípios classificados como tendo melhor infraestrutura social e econômica.

Dentre as conclusões factíveis de serem realizadas a partir deste trabalho destacam-se a importância da realização de políticas de longo prazo e de um planejamento que vai além de um mandato eleitoral. A relevância dessas questões reside no fato de que os níveis anteriores de desenvolvimento influenciam os atuais. Assim, são importantes ações preventivas e pró-ativas, de modo a garantir a eficiência na alocação do recurso público e alimentar um ciclo virtuoso em relação ao desenvolvimento municipal.

*

Título: Reflexos da lei de responsabilidade fiscal sobre o controle fiscal e a transparência na gestão pública municipal em Minas Gerais

Autor: Clarice Pereira de Paiva Ribeiro

Orientação: Luiz Antônio Abrantes (*orientador*), Marco Aurélio Marques Ferreira, Adriano Provezano Gomes (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

O foco principal da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF é o equilíbrio

das contas públicas com uma gestão pautada no planejamento, responsabilidade, controle e transparência, como pré-requisitos para propiciar melhores condições econômico-financeiras.

Assim, esta pesquisa é norteada pelo seguinte questionamento: A gestão fiscal pautada no cumprimento das exigências estabelecidas pela LRF implica na melhoria dos indicadores sociais e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população? Como objetivos específicos pretende-se: avaliar o controle fiscal dos municípios considerando os indicadores de desempenho fiscal dos municípios mineiros no período de 1989 a 2009; avaliar o nível de transparência fiscal no período de 1996 a 2008; analisar a eficiência relativa na alocação dos recursos destinados às áreas sociais no período de 2000 a 2007; e, analisar as possíveis influências dos indicadores fiscais sobre os indicadores sociais nos períodos de 2000 e 2007.

Como procedimentos metodológicos foram utilizados: testes de Wilcoxon e t-Student, teste do Qui-quadrado, análise de correlação, Data Envelopment Analysis com análise de janelas, taxa média geométrica de crescimento e Modelo de regressão linear múltipla estimado pelo método Mínimos Quadrados Ordinários. Verificou-se o cumprimento das regras estabelecidas pela LRF na maioria dos municípios. Observou-se redução nos níveis de endividamento, porém é evidente o aumento das despesas de custeio em contraponto com pequeno esforço tributário municipal no aumento de receitas. Embora os municípios tenham apresentado equilíbrio orça-

mentário a partir de 2003, esta estratégia não se converteu em melhoria da situação econômico-financeira.

Observou-se que os índices de despesa com pessoal tem se elevado após a LRF, contribuindo para redução de investimentos nas áreas sociais. Em relação à tendência de transparência fiscal, constatou-se que os municípios apresentaram menor nível de transparência após a edição da LRF, fato que a princípio colaboraria para aumentar a assimetria informacional. O Índice de Eficiência do Gasto Social construído para os municípios mineiros mostrou que há limitações na ação do Poder Local, pois verificou-se ineficiência na alocação de recursos públicos na área social. Apurou-se disparidade entre os municípios mineiros quanto aos indicadores de habitação, urbanismo, emprego e renda. Para avaliar se o desempenho fiscal dos municípios, considerando os preceitos da LRF, causa influência na qualidade de vida da população, foram consideradas seis categorias do desenvolvimento socioeconômico: dimensão demográfica, saúde, educação, renda, panorama econômico e dinâmica social.

O desempenho fiscal foi analisado a partir de seis categorias: receitas, despesas, transparência, desenvolvimento tributário, eficiência e limites legais. Observou-se que em cinco das seis dimensões socioeconômicas analisadas houve impacto da austeridade fiscal, portanto, pode-se inferir que a LRF também é um dos fatores que influenciam a qualidade de vida da população nos municípios mineiros. Assim, quanto maior o desempenho fiscal do município mineiro maior é a

probabilidade de que se confirmem aumentos na renda e geração de empregos, melhoria da qualidade na prestação de serviços de saúde e educação e maior concentração da população urbana. Esta pesquisa fomenta o debate sobre aliar responsabilidade fiscal e social, construídas a partir de técnicas de planejamento considerando diagnósticos sobre o desenvolvimento socioeconômico do município.

*

Título: Planejamento público estadual e desenvolvimento turístico de destinos indutores em Minas Gerais (2007-2010)

Autor: Érica Beranger Silva Soares

Orientação: Magnus Luiz Emmendoerfer (*orientador*), Rodrigo Gava, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

Considerando que a atuação do poder público e da sociedade são fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística, este estudo apresenta uma análise da relação entre planejamento público estadual e desenvolvimento turístico em destinos indutores. Para tanto, o estado de Minas Gerais foi escolhido principalmente por possuir características diferenciadas no contexto da administração pública, em razão das mudanças realizadas com a implementação do modelo de gestão administrativa, conhecido como Choque de Gestão II, e por apresentar iniciativas diferenciadas no setor, como a política de Circuitos Turísticos.

Buscou-se o aporte da literatura especializada em administração pública e do turismo a fim de encontrar os subsídios e delineamentos necessários para a concretização deste estudo, que se caracteriza como qualitativo e emprega técnicas de análise de conteúdo em sua metodologia. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas (semi-estruturadas), pesquisa documental e bibliográfica.

Os resultados são apresentados em três etapas. A primeira trata da descrição do planejamento da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) no período em análise (2007/2010) e também da identificação das percepções sobre planejamento dos atores sociais dos destinos indutores. A segunda etapa faz uma caracterização dos destinos considerando indicadores relacionados às dimensões econômica, cultural e organizacional (TOMAZZONI, 2009). Por último, apresenta discussões que emergiram na análise do planejamento público da SETUR e do desenvolvimento turístico dos destinos indutores. Os resultados trazem à tona elementos que se apresentam como avanços e limitações das ações planejadas em prol do desenvolvimento turístico em destinos mineiros, além de discussões que ultrapassam o contexto estadual, possibilitando uma reflexão acerca da vulnerabilidade de conceitos ainda vivenciados no turismo regional e nacional. Entre eles: o enfoque fomentador e econômico do turismo atribuído ao poder público estadual; a necessidade de revisão dos destinos escolhidos como indutores em Minas Gerais, considerando os interesses das comunida-

des receptoras; a problemática sobre a continuidade dos Circuitos Turísticos; a necessidade de gestão social em tais destinos e uma reflexão sobre o que se pretende com o turismo nos âmbitos municipais e estaduais.

*

Título: Política pública de previdência social e o nível de bem-estar: impacto sobre as famílias e municípios de Minas Gerais

Autor: Paulo Ricardo da Costa Reis

Orientação: Suely de Fátima Ramos Silveira (*orientadora*), Luís Eduardo Afonso, Marcelo José Braga (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

A Previdência Social constitui uma importante arena das políticas públicas e dos gastos sociais brasileiros, atingindo um grande contingente de famílias e impactando toda a sociedade. Assim, diversos estudos têm se dedicado à análise dos sistemas previdenciários, tanto da perspectiva dos seus impactos como política de transferência de renda quanto da perspectiva do seu custo para a sociedade. Não obstante, os resultados permanecem inconclusivos e a relação entre a previdência e o nível de bem-estar é ainda uma questão aberta teórica e empiricamente.

Em termos gerais, esta pesquisa procura contribuir para a avaliação do sistema previdenciário, com o intuito de investigar se o mesmo configura-se como mecanismo de promoção do bem-estar para as famílias e para os pequenos municípios do estado de Minas Gerais (MG). Nesse sentido,

buscou-se responder as seguintes questões: Seria o benefício pago pela previdência social impactante no nível de bem-estar das famílias de MG? Qual a relação existente entre os benefícios emitidos pela previdência social e a eficiência na geração de bem-estar entre os municípios mineiros de pequeno porte?

A escolha de MG para a realização deste estudo deve-se ao fato de que, dentre os estados brasileiros, este se destaca pelas grandes disparidades regionais. Ademais, MG apresenta o maior número de municípios dentre os estados brasileiros, representando aproximadamente 15% dos municípios brasileiros. Para avaliar o impacto das aposentadorias e pensões sobre o bem-estar das famílias de MG, a pesquisa, utilizando os microdados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (2009), adota um método quase-experimental de avaliação de impacto conhecido como Propensity Score Matching.

Como resultados, identificou-se que a renda de aposentadorias e pensões tem impactos positivos sobre a renda familiar per capita, o acesso ao conhecimento e as condições de moradias e, em geral, esses efeitos tendem a ser mais expressivos sobre as famílias das faixas mais baixas de renda. Para a análise da relação existente entre a previdência social e a eficiência na geração de bem-estar entre os municípios de pequeno porte, a pesquisa adotou uma amostra de 675 municípios mineiros com população inferior a 20.000 habitantes. O estudo combina cinco diferentes fontes de dados e utiliza informações referentes

a um período de 6 anos (2000 e 2005 a 2009). A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise Envolvória de Dados em dois estágios. No primeiro estágio, analisou-se a eficiência municipal na geração de bem-estar e, no segundo, buscou-se avaliar os efeitos dos condicionantes desta eficiência, com destaque para a previdência social. Os resultados demonstraram que municípios de regiões menos desenvolvidas tendem a apresentar desempenho inferior na promoção de bem-estar em relação aos de regiões mais desenvolvidas. Quanto aos efeitos dos benefícios da previdência sobre a eficiência municipal, novamente, os resultados confirmam a previdência como um importante mecanismo de promoção do bem-estar, afetando positivamente a eficiência dos municípios investigados. Assim, ao contrário de parte da literatura, a previdência social brasileira, mais especificamente o RGPS, conforma-se com um bom mecanismo de promoção do bem-estar social.

MESTRADO EM ECONOMIA

Título: Aplicação de um modelo evolucionário para o segmento brasileiro de telefonia móvel

Autor: Adriano Alves de Rezende

Orientação: Silvia Harumi Toyoshima (*orientadora*), Elaine Aparecida Fernandes, Evaldo Henrique da Silva (*co-orientadores*)

Data da defesa: dezembro de 2011

O objetivo geral do presente trabalho consistiu em estudar o padrão

tecnológico e de competitividade do segmento de serviços de telefonia móvel no mercado brasileiro e suas perspectivas a longo prazo, bem como traçar cenários para este mercado, a partir de uma perspectiva Evolucionária Neo-schumpeteriana. Para tal, foi utilizado um modelo de simulação dinâmico do tipo “History Friendly”, o qual permitiu mensurar variáveis não observáveis do mercado real de Serviço Móvel Pessoal (SMP) brasileiro, bem como estimar o nível de competitividade do segmento ex-ante.

Foi realizada uma ampla e profunda pesquisa sobre o Setor de Telecomunicações (ST's) e do segmento de SMP em fontes como a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), Pesquisa de Inovação Tecnológica de 2005 (PINTEC, 2005), ITU (International Telecommunication Union), associações de classe além de diversos trabalhos empíricos. Estas informações subsidiaram a construção do modelo e da definição do regime tecnológico (RT) do ST's que se baseou na taxonomia de Marsili (2001). O RT do ST's brasileiro basicamente não desenvolve sua tecnologia, mas apenas incorpora tecnologias maduras e amplamente experimentadas em países tecnologicamente desenvolvidos. Em parte, este RT se assemelha com o padrão norte americano, base da taxonomia utilizada, em pontos como: oportunidade tecnológica, diversidade entre as firmas e fortes barreiras a novos players.

Outro ponto evidente encontra-se no fato de que o aparato legal-regulatório brasileiro atual mitiga o desenvolvimento e crescimento do ST's. O conjunto de informações pes-

quisado ainda indicou que a ANATEL rege a competitividade do segmento de SMP e que o preço é o único fator comprovadamente determinante desta competitividade. A respeito da competitividade, pode-se afirmar que os cenários nos quais, de alguma forma, houve limitação do crescimento das operadoras, a competitividade atingiu os menores níveis, se comparados com as demais simulações. Contudo, logo após atingir este ponto o mercado se elevou para níveis de competitividade determinados como médio. Nos cenários onde houve exigência de investimentos em qualidade e inovações, o nível de competitividade manteve-se sempre alto, indicando que investimentos em qualidade e inovação são tão ou mais determinantes para a competitividade quanto o preço. Sugere-se que o modelo seja aplicado aos demais segmentos do ST's para validar sua capacidade de previsão para o setor como um todo.

*

Título: Uma análise sistêmica dos efeitos de políticas de estabilização sobre a dinâmica da economia brasileira: 1970-2010

Autor: Rodrigo Monteiro Pacheco

Orientação: Newton Paulo Bueno (*orientador*), Luciano Dias de Carvalho, Sidney Martins Caetano (*co-orientadores*)

Data da defesa: julho de 2011

Buscando contribuir com a discussão a respeito do tipo de impacto que os gastos governamentais exercem sobre a atividade econômica, este trabalho

discute se políticas econômicas de estabilização (intervenções do governo) têm ou não um efeito significativo em impedir que a economia brasileira desvie-se de trajetórias sustentáveis de crescimento nos próximos anos.

Dentro desta perspectiva, o objetivo geral é construir um modelo macroeconômico de simulação que englobe os principais componentes da política econômica atual para determinação do Produto Interno Bruto brasileiro e que sirva de instrumento de análise da relação entre os componentes da demanda agregada e o comportamento dos níveis de produto e emprego da economia brasileira no período 2000-2010. A metodologia empregada para realizar a modelagem é a dinâmica de sistemas. Escolhida por permitir a construção de um modelo híbrido integrando as formas de oferta e demanda agregada em um mesmo framework analítico, por meio de ciclos de retroalimentação. E que, além disso, contribui ao fornecer uma maneira simplificada e dinâmica de simular os efeitos de vários cenários diferentes de política econômica baseados na mudança de parâmetros, das condições iniciais impostas e de choques adversos.

Os resultados mostram que o modelo proposto responde de forma condizente com as séries reais de PIB e taxa de juros, respeitando os pressupostos teóricos. O hiato obtido a partir das tendências encontradas pós-simulação de PIB modelado (calculado a partir de instrumentos característicos de demanda) e PIB potencial (obtido por meio da versão sistêmica do modelo Solow-Swan) apresenta comportamento significativo a partir da checagem dos acontecimentos históricos reais obser-

vados durante o período em estudo. Em suma, verificou-se que políticas econômicas de estabilização atuando sobre o comportamento do produto e, conseqüentemente sobre a inflação, têm efeitos significativos em impedir que a economia brasileira se desvie de trajetórias sustentáveis de crescimento no longo prazo.

*

Título: Avaliação de processo em políticas e programas públicos: o caso do programa de microcrédito Nossocrédito – ES

Autor: Marcus Vinícius Zandonadi Premoli

Orientação: Jader Fernandes Cirino (*orientador*), Luciano Dias de Carvalho, Adriano Provezano Gomes (*co-orientadores*)

Data da defesa: dezembro de 2011

Avaliar os resultados de políticas e programas públicos torna-se cada vez mais importante diante das medidas de austeridade implantadas nas economias mundiais. Diante desse panorama, a avaliação transforma-se em ferramenta fundamental para uma melhor aplicação dos recursos e alcance dos objetivos projetados. Sob essa perspectiva se propôs avaliar o Programa de Microcrédito do Estado do Espírito Santo – Programa Nossocrédito. O programa insere-se nas Políticas Públicas de Trabalho e Renda do Governo do Estado e como todas as políticas públicas e programas sociais deve ser avaliado.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi verificar determinantes

da eficácia operacional das agências no cumprimento das metas do programa e a eficiência na alocação dos recursos, em termos de benefícios sociais e econômicos. Especificamente, pretendeu-se descrever e analisar o perfil das agências do Programa Nossocrédito e verificar quais agências obtiveram melhor alocação dos recursos em prestados, levando em consideração os benefícios gerados pelo programa em termos de abrangência e impacto no mercado de trabalho. Para a aferição dos resultados foram utilizados o modelo de regressão logística e a Análise Envolvória dos Dados.

Os resultados encontrados denotam que agências nas quais; recebem incentivos, têm maiores jornadas de trabalho, recebem um maior número de visitas do suporte técnico e dispõem de maior tempo para cobrança dos clientes inadimplentes; têm maior probabilidade de serem eficazes. Quanto à eficiência, observou-se grande heterogeneidade dos municípios quanto aos benefícios gerados pelo crédito. Os municípios de Pancas, Piúma e Guaçuí foram considerados eficientes. Em termos regionais (microrregiões), observou-se que os benefícios são semelhantes, apresentando índices de eficiência próximos. Do ponto de vista da eficácia, os resultados podem direcionar o trabalho das agências para uma maior produtividade. Assim, um maior número de empreendedores podem ser assistidos, garantindo o alcance de parte dos objetivos iniciais do programa. Por sua vez, com o índice de eficiência gerado é possível identificar quais municípios são relativamente melhores na alocação dos recursos

do programa e, tomando estes como referência, conseguir melhorar a distribuição dos benefícios do programa nos municípios menos eficientes.

*

Título: Eficiência na oferta de serviços públicos de saúde nos municípios do estado de Mato Grosso

Autor: Lindomar Pegorini Daniel

Orientação: Adriano Provezano Gomes (*orientador*), Luciano Dias de Carvalho, Francisco Carlos da Cunha Cassuce (*co-orientadores*)

Data da defesa: dezembro de 2011

Avaliar os níveis de eficiência na provisão de serviços públicos e seus determinantes torna-se cada vez mais importante frente ao aumento das necessidades da população e à escassez de recursos. Nesse sentido, esse trabalho, propôs-se a analisar o nível de eficiência com que os recursos são aplicados para a provisão de serviços públicos de saúde no estado de Mato Grosso, pois dado que seu financiamento provém dos impostos, é necessário que haja avaliação de como é aplicado.

Assim sendo o objetivo deste trabalho é identificar o quadro geral de eficiência na oferta de serviços públicos de saúde no estado de Mato Grosso. Especificamente, pretendeu-se verificar a situação das regiões de saúde e municípios quanto ao aproveitamento de recursos frente à provisão de serviços de saúde e verificar se fatores de ambiente estão relacionados ao nível de eficiência. Para tanto, emprega o

método semi paramétrico de Análise Envoltória dos Dados em Dois Estágios (DEA 2 Estágios) com refinamentos metodológicos originados da técnica de reamostragem bootstrap. Além disso, estiveram presentes preocupações com o controle de outliers e de identificação dos rendimentos de escala.

A primeira etapa do processo centra-se no cálculo da eficiência municipal na provisão de serviços públicos de saúde a partir da técnica DEA. A segunda etapa objetivou verificar a influência de variáveis de ambiente, de experiência e de dotação dos municípios sobre seu nível de eficiência por meio de uma regressão truncada, estimada por Máxima Verossimilhança.

Os resultados do primeiro estágio indicam que o estado, através de seus municípios, apresenta aproveitamento insatisfatório na alocação de recursos para o fornecimento de serviços públicos de saúde, possui os atendimentos de maior complexidade concentrados nas maiores cidades, e ainda, falta de foco em políticas públicas de saúde que concentre os recursos e estrutura na prevenção de doenças. Os resultados do segundo estágio reforçam os da etapa anterior e apontam que os municípios com maior nível de eficiência são, em geral, de pequeno porte, tanto em termos econômicos quanto populacionais, em relação aos demais. Alguns pontos como a adoção das melhores práticas de gestão, aumento de produtividade, adequação da escala e alinhamento de políticas públicas à saúde preventiva podem ser enfatizados para o aumento da eficiência dos municípios na oferta de serviços de saúde.

Título: Os determinantes do IDE no Brasil e no México: uma análise empírica para o período de 1990 a 2010

Autora: Priscila Gomes de Castro

Orientação: Elaine Aparecida Fernandes (*orientador*), Antônio Carvalho Campos, Francisco Carlos da C. Cassuce (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

Na economia globalizada, o investimento direto estrangeiro (IDE) desempenha um papel importante na modernização dos países emergentes e continua sendo tema de debate os fatores que explicam porque as empresas transnacionais se direcionam a certo país ou região. Nos últimos anos, a América Latina foi um dos impulsionadores de crescimento e atração de investimentos estrangeiros entre os países em desenvolvimento. No entanto, o fluxo de IDE nessa região é muito concentrado em alguns países, principalmente Brasil e México, que em meados da década de 2000 chegaram a receber mais de 50% desses fluxos.

Nesse contexto, este trabalho objetiva analisar os determinantes do investimento direto estrangeiro no Brasil e no México, durante o período de 1990 a 2010. Para tanto, utiliza-se o Modelo de Correção do Erro (VEC) como método de estimação.

Os resultados empíricos e a análise comparativa mostram que os dois países apresentam diversas características em comum em relação à atração do IDE. Ambos adotaram políticas econômicas similares e promoveram legislações mais atrativas ao IDE. A abertura comercial se destaca como um dos

principais atrativos do investimento direto nos dois países, e a dimensão do mercado interno como principal determinante no Brasil. Quanto às diferenças, a análise comparativa ressalta a questão do destino setorial do investimento e, quanto aos modelos econométricos, a divergência ocorre em relação à importância do PIB, como determinante do IDE, que no caso é muito relevante no Brasil e não tão expressivo no México. Com esses resultados conclui-se que no Brasil a principal estratégia das multinacionais, é a busca por mercados (arket seeking) com importância expressiva da estratégia do tipo busca por eficiência (efficiency seeking). No México haveria um predomínio da estratégia efficiency seeking relacionada à importância da abertura comercial para a atração do IDE. A partir dessas considerações percebe-se que Brasil e México, para seguirem atraindo investimento estrangeiro, devem investir em políticas que favoreçam os fluxos comerciais e o crescimento econômico.

*

Título: Competição fiscal no Brasil: fontes institucionais e interação sistêmica

Autor: John Leno Castro dos Santos

Orientação: Francisco Carlos da Cunha Cassuce (*orientador*), Newton Paulo Bueno, Leonardo Bornacki de Mattos (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

A descentralização promovida pela constituição de 1988 reduziu as receitas da união que, diante da

crise econômica e da necessidade de ajuste fiscal, aderiu à lógica de retirada gradativa do Estado. Isto, somado a progressiva abertura da economia brasileira, propiciou um cenário favorável às disputas estaduais no sentido de que cada ente federativo passou a concorrer com os demais na atração de tais investimentos privados para seus respectivos territórios.

Neste sentido, o presente estudo procurou analisar as fontes institucionais e a interação sistêmica da competição fiscal no Brasil, com intuito de identificar os elementos que perpetuam essa prática e seus efeitos sobre a economia. Foi possível constatar que a persistência deste fenômeno encontra sustentação na base institucional em vigor no país, de modo que sem alteração desta, sua supressão torna-se impraticável. Foi constatado que a ocorrência da competição fiscal não é devido a falta de leis que coibam essa prática, mas sim a ausência de mecanismos de enforcement que garantam seu devido cumprimento.

Cabe destacar ainda que, segundo o modelo sistêmico, os resultados obtidos com a competição fiscal não constitui condição ótima sequer para a região menos favorecida de recursos (Nordeste). Visto que, em havendo a incursão de investimentos específicos em infraestrutura (no mesmo montante das renúncias tributárias), o comportamento do PIB, infraestrutura e arrecadação seriam mais elevados nesta região. Em razão disso, fica evidente que a nível subnacional (descentralizado) a única alternativa de política industrial para as regiões menos abastadas é a concessão de

incentivos fiscais. Entretanto, esse tipo de política tem efeito paliativo e temporário, não constituindo, per se, uma política sustentável de correção da rota de concentração econômica. Resta deste modo, ao governo central colocar em curso políticas de ampliação da atratividade dessas regiões para o investimento privado. Do contrário, essas regiões não têm incentivos necessários para abdicar da competição fiscal.

*

Título: A inércia na política monetária brasileira no regime de metas para inflação

Autor: Samuel José de Castro Vieira

Orientação: Sidney Martins Caetano (*orientador*), Luciano Dias de Carvalho, Orlando Monteiro da Silva (*co-orientadores*)

Data da defesa: fevereiro de 2012

O trabalho tem o objetivo de acrescentar novos testes estatísticos e resultados à já extensa literatura empírica que se preocupa em estimar a função de reação do Banco Central do Brasil seguindo regras à la Taylor, entretanto, dando destaque para o grau de inércia presente na política monetária. A contribuição fica por conta da aplicação do método dos momentos generalizados, levando-se em consideração a presença de instrumentos fracos. Este método permite estimar modelos robustos em relação à heterocedasticidade com o uso de variáveis instrumentais, corrigindo o problema de autocorrelação entre as variáveis endógenas do modelo.

Os resultados demonstram que os modelos de equações simultâneas são mais robustos do que os modelos de apenas um estágio estimados por MQO, e que no modelo de Taylor tradicional se rejeita a hipótese da presença de instrumentos fracos pelo teste de Cragg-Donald para um conjunto de instrumentos adequado. Os valores estimados para a inércia da política monetária são elevados (em torno de 0,8) e corroboram a maioria dos resultados presentes na literatura internacional.

MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Título: Estudo das representações de crianças internadas em hospital sobre o adoecimento e a hospitalização em uma abordagem piagetiana

Autora: Cássia Aparecida Andrade

Orientação: Maria de Lourdes Mattos Barreto (*orientadora*), Maria das Dores Saraiva de Loreto (*co-orientadora*)

Data da defesa: julho de 2011

A construção do conhecimento por crianças e adolescentes tem instigado pesquisas nas mais variadas áreas. O conhecimento social é construído na interação entre o sujeito e o meio em que vive; assim, crianças e adolescentes que passam por uma experiência de hospitalização constroem conhecimento a partir de sua vivência. Quando hospitalizada, a criança é afastada de seu meio e sua realidade sofre alterações e transformações. Desta forma, além do sofrimento físico advindo da doença, a

criança sofre por estar separada dos familiares, das atividades cotidianas e pelo desconhecimento do que está acontecendo consigo. Para minimizar este sofrimento são utilizadas estratégias de humanização hospitalar, como a brinquedoteca hospitalar, uma vez que a função do hospital não é apenas curar doenças, mas também promover bem-estar e qualidade de vida aos pacientes.

Assim, ao buscar conhecer o que crianças hospitalizadas pensam sobre o processo de adoecimento e internação hospitalar, surgem algumas questões: Quais são as representações sobre o adoecimento e hospitalização de crianças que participam de atividades lúdicas no ambiente hospitalar? O que estas crianças pensam e sentem ao estar doentes e hospitalizadas?

A fim de responder a estas questões, o objetivo desta pesquisa foi analisar as representações sobre o adoecimento e a hospitalização pela perspectiva de crianças, de 4 a 12 anos, hospitalizadas em uma instituição hospitalar que possui atividades lúdicas. Diante da natureza do problema abordado, utilizamos o Método Clínico Piagetiano, como método de coleta e análise dos dados, visando alcançar o objetivo proposto. Para isso empreendemos uma coleta de dados através das seguintes etapas: construção do instrumento de coleta de dados e realização do estudo piloto, e, coleta de dados por meio da entrevista clínica.

Após realizadas as entrevistas, realizamos o tratamento dos dados elaborando seis categorias: ambiente físico hospitalar, ambiente humano hospitalar, procedimentos e rotina

hospitalar, adoecimento e cura, práticas lúdicas e brinquedoteca hospitalar. Posteriormente realizamos a análise dos dados, de acordo com os níveis de respostas em que os sujeitos se encontram, de acordo com a teoria piagetiana.

Os resultados apontaram que a construção do conhecimento social passa por fases evolutivas, indo de níveis mais simples até os mais complexos. Nossa hipótese de que as crianças desenvolvem representações sobre o processo de adoecimento e cura, desde muito jovens, foi corroborada. Mas é importante ressaltar que uma mesma criança possui representações e diferentes níveis de compreensão, de acordo com as categorias estabelecidas. Categorias que traziam aspectos vivenciados mais negativos, como dor, espera por atendimento e más condições de instalação física, alcançaram níveis maiores de compreensão, do que categorias que não estavam relacionadas com sofrimento, por exemplo, em relação ao brincar no hospital.

Conclui-se que é importante conhecer as representações das crianças para que possamos rever os procedimentos hospitalares e até mesmo as práticas humanizadoras já desenvolvidas. Ouvindo as crianças percebemos que o ambiente hospitalar não é preparado para receber crianças, pois o ambiente e a prática hospitalar refletem as necessidades adultas, sem atentar-se que as crianças têm outras necessidades tanto em relação ao espaço físico e mobiliário, quanto à forma de tratamento humano: as crianças têm direito a ser ouvidas, tem direito de saber o que está acontecendo con-

sigo e tem de ter suas necessidades infantis respeitadas. A brinquedoteca hospitalar é um avanço, pois permite que as crianças brinquem, tenham sua auto-estima aumentada e vivenciem momentos prazerosos no hospital. Entretanto são necessárias mudanças e maiores investimentos nos programas de humanização hospitalar, para que ocorra aumento do bem-estar e qualidade de vida das crianças hospitalizadas e de suas famílias.

*

Título: Gênero e poder na pastoral católica de Soledade

Autora: Noêmia de Fátima Silva Lopes

Orientação: Maria de Fátima Lopes (*orientadora*), Marcelo José Oliveira, Douglas Mansur da Silva (*co-orientadores*)

Data da defesa: julho de 2011

Este trabalho procurou analisar como são vivenciadas e construídas as relações de gênero e poder na Igreja Católica de Soledade/MG, através do estudo da dinâmica da vida das lideranças do CPC (Conselho Pastoral Comunitário). Buscou de forma específica, verificar e interpretar as implicações das relações de gênero na vida dos sujeitos em estudo – mulheres que experienciam situações de liderança em espaço “sagrado” marcado por prescrições do que deve ser mulher-esposa-mãe. Paradoxalmente em Soledade se amplia possibilidades de acesso à construção cidadã.

A presente pesquisa buscou discutir a respeito da fundamentação te-

órica das categorias analíticas: gênero e poder no campo religioso pastoral católico. A pesquisa foi orientada pela perspectiva da metodologia qualitativa e, para sua execução, utilizou dos métodos de etnografia, pesquisa documental, observação direta participante, narrativas e técnicas de DRP (Diagnóstico Rural Participativo). A escolha desses encaminhamentos teóricos metodológicos se construiu no processo de delineamento do objeto de pesquisa no espaço das pastorais da Igreja Católica e foi fundamental na análise dos resultados. Verificou-se que o estudo das categorias gênero e poder seria relevante para a compreensão do objeto pesquisado.

A pesquisa foi desenvolvida no primeiro momento com 21 líderes integrantes do CPC, entre eles 14 homens e 7 mulheres. No segundo momento elegemos nesse grupo de 21 líderes: 03 mulheres que apresentaram através da narrativa de suas histórias e trajetórias de vida, informações que contribuíram de forma significativa para a pesquisa. Das 21 primeiras entrevistas as três escolhidas se destacaram pela espontaneidade nas expressões e disponibilidade em participar do estudo.

Os resultados do trabalho foram apresentados por meio de três artigos: Artigo I: As Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais na Igreja Católica. Artigo II: Trajetória de vida de mulheres líderes das pastorais da Igreja Católica: o significado de ser mulher no espaço pastoral em Soledade. Artigo III: A assembleia geral como espaço de dramatização do poder.

Título: Redes sociais e administração dos domínios da vida: um estudo de caso com detentoras da guarda dos filhos

Autora: Ana Paula Nery Rosado

Orientação: Karla Maria Damiano Teixeira (*orientadora*), Maria das Dores Saraiva de Loreto, Vivianne Delfino Albuquerque Andrade (*co-orientadoras*)

Data da defesa: agosto de 2011

Focalizar a família como objeto de análise implica reconhecer que ela não é um sistema fechado, mas sim uma unidade com relações intra e interfamiliares, que são importantes para sua manutenção e continuidade. Dessa maneira, é de fundamental importância enfatizar as redes sociais de apoio à família, principalmente quando se enfoca a família monoparental, que não tem mais um dos cônjuges para a divisão das tarefas domésticas, para os cuidados e responsabilidades com os filhos e, muitas vezes, conta com recursos financeiros limitados para o sustento familiar e reorganização do seu cotidiano.

Diante desse contexto, o problema da pesquisa consistiu em estudar o impacto da separação ou divórcio na administração dos diferentes domínios da vida, bem como analisar as redes sociais dos detentores da guarda dos filhos residentes em Viçosa/MG em face da nova realidade do grupo familiar. Os domínios da vida analisados foram: trabalho remunerado, renda familiar, educação pessoal, trabalho doméstico, educação dos filhos, cuidado com os filhos, saúde, lazer e vida espiritual. Nesse sentido, objetivou-se investigar

as alterações na administração dos domínios da vida pelos detentores da guarda dos filhos em face da dissolução da sociedade conjugal, assim como o processo de construção e, ou, consolidação das redes sociais.

O estudo, de natureza exploratório-descritiva, teve como população homens e mulheres residentes no município de Viçosa/Minas Gerais, detentores da guarda unilateral dos filhos, que passaram pelo processo de separação ou divórcio, iniciado no período de 2006 a 2008 e finalizado no ano de 2008. A amostra foi intencional, visto que sua seleção foi baseada na natureza das metas de pesquisa, foi obtida aleatoriamente por meio do contato direto com os sujeitos e contou 18 detentoras da guarda dos filhos.

Para os dados quantitativos obtidos por meio da entrevista, foi utilizada a análise univariada e, no que se refere ao tratamento qualitativo das informações, foi feita a análise de conteúdo. A separação ou divórcio foi um fator motivador da construção ou consolidação da maioria das redes sociais. O enfraquecimento das redes se deu, principalmente, para o domínio renda familiar. As redes foram constituídas, em sua maioria, por membros da família, como o ex-cônjuge, filhos, pais, irmãos, avós, primos, tias, sogra, entre outros, tendo expressiva representatividade da mãe e do ex-cônjuge. As redes formais possuem papel relevante quando as redes informais não estão disponíveis e, ou, quando a renda familiar o permite. O apoio recebido pelas redes sociais foi caracterizado pelo cuidado e educação dos filhos, apoio na execução das tarefas domésticas, provisão de

recursos, companhia e diálogo, além de conselhos. Na administração dos diferentes domínios da vida da nova família, destacaram-se a reestruturação do tempo, o estabelecimento de novas demandas e prioridades e o amadurecimento do indivíduo, além do papel imprescindível das redes sociais em cada uma das esferas da vida. Dessa maneira, toda e qualquer mudança na estrutura da família produz um remanejamento de funções, modificação nos papéis desempenhados e adaptação ao novo cotidiano familiar e, com isso, novos modos de se relacionar e de administrar a vida.

*

Título: Família no programa

Residência Agrária: a visão dos atores da Universidade Federal do Ceará

Autora: Margarida Maria Higino de Jesus

Orientação: Lourdes Helena da Silva (*orientadora*), Rita de Cássia Pereira Farias, Maria das Dores Saraiva de Loreto (*co-orientadoras*)

Data da defesa: agosto de 2011

A pesquisa trata de uma análise sobre a efetividade do Programa Residência Agrária (PRA) da Universidade Federal do Ceará, implantado em 2004, por meio da análise de sua estruturação, metodologia de extensão e das concepções e vivências sobre família no contexto do programa. Partiu-se do seguinte questionamento: O Programa Residência Agrária tem conseguido desconstruir o movimento predominante da produtividade, do difusionismo tecnicista, formando e

qualificando extensionistas capazes de compreender a diversidade local e integrar as famílias, por meio de um desenvolvimento participativo de baixo para cima?

Para responder a esse questionamento, a pesquisa, de natureza qualitativa, fez uso de referências bibliográficas e documentais, além de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a professores, estudantes e egressos do programa, cujos dados foram trabalhados sob a perspectiva da Análise Descritiva.

Os resultados mostraram que, para a implementação do Projeto Piloto na UFC, recorreu-se aos princípios da Pedagogia da Alternância que prima pelo contato do estudante com a realidade dos assentamentos, mediante dois tempos complementares: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Outra Metodologia adotada a partir de 2007, foi a Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), que permite conhecimento amplo sobre a realidade das famílias e do assentamento.

Para fazer um diagnóstico efetivo, os estudantes trabalham com metodologias participativas que consideram os assentados como sujeitos de mudança daquela realidade. Percebe-se que o PRA vem, de modo geral, propiciando ganhos as partes envolvidas, levando o jovem a repassar o conhecimento para seu assentamento, atuando como agente multiplicador aumentando sua autoestima e motivando-o a continuar os estudos. Acerca da relevância da categoria família no Programa Residência Agrária, as entrevistas demonstram que, antes

de ir para o Estágio de Vivência nos assentamentos, os estudantes recebem diversas instruções para que observem a dinâmica das famílias, a fim de conhecer suas práticas, vivências e valores, para depois fazer o diagnóstico que favorecerá a atuação profissional. A inserção no campo é marcada por diversas dificuldades, como o medo do desconhecido, principalmente em função da visão negativa que a mídia apresenta sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Aos poucos as dificuldades são superadas e o Estágio de Vivência proporciona uma experiência rica de aprendizagem e troca de saberes entre estagiários e egressos.

Acerca do estudo da categoria família no Programa Residência Agrária, apesar da família ser o ponto de partida para o trabalho do PRA, a mesma não é um eixo estruturador do Programa. O aprendizado sobre as famílias se dá nas vivências práticas. Entretanto, essa constatação não diminui a relevância do PRA na formação de profissionais para atuarem na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES). Nesse sentido, conclui-se que a academia, mediante Programas como o Residência Agrária, não somente instrumentaliza e empodera os assentados, como também forma profissionais mais preparados para uma atuação mais próxima à realidade dos assentados. Além disso, a vivência dos estudantes nos assentamentos contribui para a desmontagem de mitos e estereótipos construídos sobre grupos minoritários, como o caso das famílias dos assentamentos.

Título: As Representações Sociais do Consumidor Idoso acerca das Normas que Tutelam o Consumo na Terceira Idade.

Autora: Patrícia Mattos Amato Rodrigues

Orientação: Neuza Maria da Silva (*orientadora*), Marisa Barletto, Jacyr de Aguiar Vieira (*co-orientadoras*)

Data da defesa: novembro de 2011

Vivendo-se em uma sociedade de consumo, onde a oferta de produtos e serviços supera, consideravelmente, a demanda natural e racional por eles diante de um processo incontroverso e irreversível de envelhecimento da população consumidora, percebeu-se a necessidade de investigar as representações sociais dos consumidores idosos acerca da eficácia das normas jurídicas vigentes que se propõem a tutelar as relações de consumo titularizadas por pessoas com 60 anos ou mais.

Trata-se de uma pesquisa transversal, exploratória e descritiva, com predomínio da análise qualitativa dos dados, tendo como referencial teórico e metodológico a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici. Não obstante a predominância da abordagem qualitativa, a análise quantitativa foi empregada, sobretudo, para traçar um perfil sociodemográfico dos idosos consumidores, indicando, em termos percentuais, a classe social, o nível de escolaridade e a faixa etária dos sujeitos da pesquisa, chegando-se ao seguinte padrão: mulheres casadas com idade de 69 anos, ensino fundamental incompleto, aposentadas ou pensionistas com renda de até três salários mínimos, residentes em casas

próprias e parcialmente responsáveis pelo custeio das despesas domésticas.

A amostra foi obtida a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas nos meses de maio e junho de 2011, a partir do cadastro dos atendidos pelo PROCON municipal de Ubá, MG, vez que, para investigar a percepção dos consumidores idosos acerca da eficácia de leis protetivas, julgou-se necessário selecionar idosos que, presumivelmente, tivessem conhecimento da existência de tais leis e de instrumentos públicos destinados a implementá-las.

Os entrevistados foram contatados por telefone fixo e, dependendo da preferência e disponibilidade deles, as entrevistas foram realizadas na sede do próprio PROCON ou em suas residências. Para analisar e interpretar os dados, elegeu-se o procedimento metodológico da análise de conteúdo, vez que permite, de forma sistematizada e objetiva, aferir as reais representações dos entrevistados acerca da temática investigada. Os resultados apontaram não haver identidade entre os entrevistados de faixas etárias distintas, tendo sido necessário, por essa razão, criar subcategorias de idosos. De fato, o critério legal/cronológico mostrou-se falho, à medida que só considerava o fator objetivo idade para enquadrar cidadãos na categoria de idosos. Por essa razão, tem-se que muitos entrevistados disseram não se sentirem idosos e merecedores de tratamento legal diferenciado, não obstante reconhecerem a utilização das filas preferenciais, dos benefícios previdenciários e da gratuidade na utilização de transporte público, entre outros. Apurou-se que tanto o Código de Defesa do Consumi-

dor quanto o Estatuto do Idoso ainda eram ignorados por considerável parcela da população pesquisada, sendo a ausência ou deficiência do acesso à informação grande entrave a ser superado em busca da eficácia de tais normas e das garantias nelas positivadas. Tais entrevistados têm no PROCON um órgão de luta na defesa de seus direitos, sendo positiva sua atuação, à medida que auxilia efetivamente na solução de problemas de consumo. A rapidez e cordialidade no atendimento contribuíram decisivamente para a referida avaliação, sendo, na percepção de todos os entrevistados, uma vantagem a utilização do referido órgão na busca de soluções para os problemas de consumo experienciados.

MESTRADO EM LETRAS

Título: A linguagem da periferia: construção de identidade por alunos de EJA de uma escola pública

Autora: Erica Alessandra Fernandes Aniceto

Orientadora: Wânia Terezinha Ladeira

Data da defesa: março de 2011

Partindo da premissa básica de que a linguagem é uma forma de ação social, o objetivo central deste estudo é analisar como alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública localizada em um bairro periférico de uma cidade do interior de Minas Gerais constroem e assumem as suas identidades sociais. Embasados em teorias da Análise da Conversa Etnometodoló-

gica (ACE) e na Sociolinguística Interacional (SI), analisamos as escolhas linguístico-discursivas desses alunos, observadas a partir da fala-em-interação em grupos focais, para verificar como esses estudantes demonstram pertencimento a determinadas categorias sociais.

Para coleta de dados, utilizamos a técnica do grupo focal, através da qual os discentes narram a experiência de morar em um bairro periférico. Após uma minuciosa transcrição dos dados gerados nos encontros com os estudantes, feita de acordo com a proposta da ACE, fizemos uma análise baseada no conceito de Categorização de Membros, de Sacks (1992). Uma vez que os processos de categorização estão em uso e negociações constantes, revelamos, assim, a ação discursiva dos estudantes, durante interações entre si, para a construção de suas identidades por meio de autocategorização e categorização.

Os resultados desta pesquisa apontam a orientação dos participantes durante a interação, os quais constroem, através da fala, a identidade de outsiders, ratificando o rótulo que lhes é atribuído por aqueles que ocupam posições de prestígio e poder e que se reconhecem como a “boa sociedade”, os quais chamaremos de estabelecidos. Ao se categorizarem como desviantes, os estudantes de EJA demonstram perceber o lugar deles na cidade pesquisada, mas, muitas vezes, não aceitam passivamente tal rótulo, o que gera relatos de uma relação conflituosa entre esses jovens e os estabeleci-

dos. Assim, ao concluir que, através da categorização de membros, os estudantes constroem e assumem a identidade de outsiders, demonstramos que o trabalho de descrição e de categorização de membros é bastante pertinente para o estudo da construção de identidades sociais.

*

Título: Ensino e aprendizagem de escrita em língua inglesa: a relação entre crenças e o uso de estratégias

Autor: Fabiano Silvestre Ramos

Orientadora: Ana Maria Ferreira Barcelos

Data da defesa: março de 2011

A sociedade atual pós-moderna exige um perfil de aprendiz diferenciado daquele de décadas atrás, em que o ensino estava centrado na figura do professor. Exige-se uma postura mais autônoma, em que o aluno se torna agente de seu próprio processo de aprendizagem. Tal postura pode ser associada às suas crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas e ao uso de estratégias. Crenças são definidas, de acordo com Barcelos (2006), como uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, que são co-construídas a partir de nossas experiências e resultam de um processo interativo de interpretação e (re)significação. O conceito de estratégias de aprendizagem de línguas (EALs) utilizado neste trabalho é aquele de Oxford (2002) que as entende como sendo ações específicas tomadas conscientemente pelo apren-

diz, com o intuito de auxiliá-lo no processo de aprendizagem de línguas.

Este estudo teve por objetivo investigar a relação entre crenças sobre ensino e aprendizagem e o uso de estratégias no contexto de um curso de extensão em língua inglesa, bem como detectar se houve mudanças nas crenças e no uso de estratégias de escrita após um trabalho de intervenção com foco nestas. Para tanto, busquei responder as seguintes perguntas de pesquisa: (a) Quais são as crenças de alunos universitários sobre o ensino e aprendizagem de escrita em língua estrangeira?; (b) Quais as estratégias de aprendizagem de escrita que eles utilizam?; (c) Existe influência das crenças no uso de estratégias ou vice-versa? Se existe, qual a natureza dessa relação?; (d) Após um trabalho de conscientização sobre EALs de escrita, houve mudança nas crenças dos participantes sobre o processo de escrita em LE e no uso de estratégias? Houve melhoria na qualidade das produções dos aprendizes?

Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: Inventário de Estratégias de Aprendizagem de Língua Estrangeira (OXFORD, 1990), questionário de estratégias de escrita (PETRÍC e CZARL, 2003), inventário de crenças sobre ensino e aprendizagem de escrita em LI (LUZ, 2006), narrativas e grupo focal. Os resultados mostraram que os participantes apresentam uma concepção restrita de escrita, entendida por estes como uma prática de conhecimentos gramaticais. Essa crença influencia, de maneira direta, na seleção de EALs. Dentre as mais citadas está a consulta

ao dicionário, tanto durante a escrita, como no processo de revisão. Foi possível constatar ainda que, após o processo de intervenção, houve resignificação de algumas crenças sobre o papel da escrita e sobre o ensino da mesma na escola pública. Porém, as crenças mais arraigadas, tais como a relação entre escrita e gramática não foram resignificadas. Constatou-se também uma melhoria na qualidade das produções textuais dos participantes no que diz respeito à configuração do gênero resumo e no uso da gramática.

*

Título: Construção de corpos: análise de capas das revistas dirigidas aos homoeróticos masculinos

Autora: Lilian Arruda Silva

Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes

Data da defesa: março de 2011

A imagem tem se tornado um dos principais elementos persuasivos. Kress (1997) argumenta que a sociedade assiste a uma mudança significativa da relativa valoração dos modos semióticos, principalmente, uma mudança da forma verbal para a visual de representação e comunicação. Nesse sentido, estudar imagens faz-se necessário, pois está relacionada não só à veiculação de valores, mas também à constituição de identidades sociais. Relegada a importância das imagens no mundo pós-moderno, discutiremos neste trabalho a relação entre imagem-gênero social-corpo, à luz dos estudos que tratam da Semiótica Visual e das

pesquisas em Multimodalidade, uma vez que procuramos analisar a construção do Corpo, através das imagens das Capas das Revistas: G Magazine, Junior, Dom e Aimé dirigidas a um público particular: os homoeróticos masculinos.

Para tanto, utilizaremos como aporte teórico a Gramática do Design Visual cunhada por Kress e van Leeuwen (1996) que tem por premissa básica a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994). Utilizaremos também estudos acerca do gênero social (FOUCAULT, 1985; SCOTT, 1990; LOURO, 1997, 2005, 2007; LAQUEUR, 2001; WEEKS, 2007; BUTLER, 2008, dentre outros). Na perspectiva pós-estruturalista, as identidades e as diferenças se definem a partir da cultura e da história, são criações sociais e culturais, portanto, não são inatas aos seres humanos, mas são ativamente produzidas e construídas através das relações de poder e através da/na linguagem. Nessa vertente, a categoria corpo também é entendida e assumida como uma realidade histórica, sendo assim, o corpo torna-se um espaço de debates e reflexões a respeito da sua construção em relação ao gênero e sexo.

A análise aponta para uma promoção/fortalecimento de um corpo viril que, conseqüentemente, refuta uma imagem afeminada facilitando, portanto, a aceitação social dos homoeróticos, já que sua aparência exterior está dentro dos padrões de masculinidade. Sendo assim, podemos postular que estes corpos são submetidos constantemente a regimes de verdade normalizadores regulados a partir de uma representação hegemônica, com

corpos malhados, jovem, branco, sem pelos e sem barba, que, invariavelmente, supervalorizam a masculinidade, dissipando o discurso da heteronormatividade como norma e referência de comportamento.

*

Título: A seção Ciência no Estado de Minas e na Folha de S. Paulo: um estudo comparativo sob a ótica da Análise do Discurso da Divulgação Científica e da Gramática do Design Visual.

Autora: Luciene da Silva Dias

Orientadora: Cristiane Cataldi dos Santos Paes

Data da defesa: março de 2011

Partimos do pressuposto de que o discurso de Divulgação Científica – entendido como o conjunto de informações midiáticas que são produzidas em situações comunicativas distintas das estabelecidas entre os cientistas e seus pares, sendo, pois, um texto reformulado por um jornalista, ou mesmo por um cientista, para um leitor não especializado no assunto que está sendo tratado – deve ser caracterizado como multimodal e, por isso, objetivamos estudá-lo considerando a conjugação entre os modos semióticos utilizados, sejam verbais ou não-verbais.

Assim, questionamos: como o discurso sobre ciência é apropriado pelos jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo no espaço concreto e ideológico desses periódicos? O encontro do âmbito científico com a experiência social cotidiana obriga uma troca de registros e uma nova relação discursiva

entre enunciado, enunciatário e enunciador. A partir dessas considerações, as perguntas de pesquisa que norteiam este estudo são: i) Que estratégias divulgativas são utilizadas no processo de recontextualização das informações publicadas na seção Ciência dos jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo?; ii) Que significados sociais são representados na estrutura da seção Ciência desses dois jornais de grande circulação nacional, considerando-se tanto os aspectos verbais como os não-verbais?; iii) De que forma as representações visuais veiculadas na seção Ciência dos jornais analisados podem contribuir para ampliar os significados das notícias divulgadas, seja reproduzindo, contestando ou transformando valores?

Nossa análise em relação ao texto verbal, a partir do procedimento discursivo de expansão, procurou demonstrar como as estratégias divulgativas utilizadas para apresentar o conhecimento científico na mídia impressa contribuíram, ou não, para a efetiva compreensão do público leitor em relação ao assunto divulgado.

A análise do aspecto não verbal realizada em nosso corpus de pesquisa revelou que a representação da ciência nesses textos está bastante voltada para uma tentativa de se concretizar a abstração com que as temáticas tratadas são vistas pelo leitor, por meio da utilização de infográficos e outras imagens que não apresentaram funções apenas ilustrativas.

Assim, os jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo, dentro do recorte temporal selecionado para esta pesquisa, caracterizam-se como veículos de comunicação importantes para o

estudo da divulgação científica na mídia impressa, relevando seu valor para a sociedade civil, bem como suas limitações que ainda impedem uma efetiva participação cidadã no que concerne às decisões tomadas em relação à divulgação do conhecimento científico no Brasil.

*

Título: Uma análise comparativa do logos e do pathos no discurso religioso: a missa católica e o culto assembleiano

Autora: Rachel Camilla Rodrigues de Castro

Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo

Data da defesa: março de 2011

Acreditamos que o sujeito argumentante pode se valer da razão e da emoção para persuadir o outro. Assim, neste trabalho, pretendemos (1) identificar, (2) analisar e (3) comparar as estratégias discursivas em duas celebrações religiosas, uma missa (Homilia) e um culto da Assembleia de Deus (Pregação da Palavra), tendo como foco a argumentação pela razão (logos) e a argumentação pela emoção (pathos). Ao fim do trabalho, percebemos que poucas são as diferenças entre a Homilia e a Pregação no que tangem à razão. No entanto, o pregador faz um apelo maior à emoção. Então, o pregador, além de se valer da razão, recorre à emoção de um modo mais intenso do que o padre, parecendo deixar o fiel mais predisposto a aceitar as teses, promovendo, conseqüentemente, uma maior captação de fieis.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Título: PROUNI: uma política de democratização do ensino superior?

Autor: Raisa Maria de Arruda Martins

Orientação: Maria das Graças Marcelo Ribeiro (*orientadora*), Wânia Maria Guimarães Lacerda, Marilene de Melo Vieira (*co-orientadoras*)

Data da defesa: junho de 2011

A ampliação do acesso à educação superior, no Brasil, tem sido temática de discussões acadêmicas e políticas. Na história da educação brasileira, destaca-se que os últimos vinte anos registraram uma grande expansão desse nível de ensino, em especial do setor privado. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o setor privado foi o principal responsável pela criação de instituições, criação e aumento do número de cursos e vagas, em detrimento do setor público. No governo Lula (2003-2010), o privilegiamento do setor privado, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, se constituiu de uma política com formalização explícita. Nesse governo, o processo de expansão do setor privado exacerbou-se quando, a partir de 2005, é criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Tal Programa buscava sua justificativa na necessidade de aumentar a taxa de escolaridade no ensino superior, face à posição ocupada pelo Brasil em relação à estatística de outros países. Além disso, constituía uma política pública que “não implicaria em gastos orçamentários” para ampliar o acesso à educação superior; pois o Programa se estrutura num contrato de concessão

de vagas em troca de isenção tributária.

A principal bandeira de propaganda do PROUNI é a democratização do ensino superior. Elegeu-se como objeto desse trabalho o PROUNI, com o objetivo de analisá-lo enquanto Programa que pretende promover a democratização do ensino superior e a justiça social. Como universo da pesquisa, foram selecionadas quatro instituições privadas de ensino superior da cidade de Belo Horizonte – MG. Como instrumento de pesquisa utilizou-se a entrevista dos dirigentes das instituições e de alunos bolsistas do PROUNI. Trabalhou-se também com dados documentais das referidas instituições.

As análises realizadas indicaram que o PROUNI é fundamental para a sobrevivência das instituições, dado que contribui para o preenchimento de vagas ociosas, impedindo, assim, o fechamento de turmas e cursos. Notou-se, também, que, apesar das bolsas oferecidas, os bolsistas PROUNI enfrentam dificuldades de várias ordens, desde financeiras até acadêmicas, relacionadas ao acompanhamento de disciplinas, o que dificulta a permanência nos cursos. Dentro do recorte proposto pela pesquisa, identificou-se a existência de alunos matriculados em cursos socialmente prestigiados e em instituições bem avaliadas quanto à sua qualidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, essa constatação não pode ser generalizada em termos nacionais. Finalmente, considera-se, que o PROUNI constitui Programa que beneficia e contribui para a expansão do setor privado de ensino superior. Pensa-se que, o ideal de democratização não se efetiva

através do PROUNI, a não ser em caráter quantitativo, caracterizando-se, então, como oportunidade de acesso, e não de permanência.

*

Título: Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar

Autor: Kátia de Cássia Santana

Orientação: Rosimar de Fátima Oliveira (*orientadora*), Heloisa Raimunda Herneck, Maria Alba Pereira de Deus (*co-orientadoras*)

Data da defesa: agosto de 2011

Esta pesquisa teve como objetivo analisar se, a partir do recebimento de recursos oriundos do PDDE, duas escolas de Viçosa, com IDEB abaixo e acima da média nacional, apresentaram novos modos de gestão com vistas ao atendimento dos propósitos de qualidade estabelecidos pelas medidas de desempenho representadas pelo IDEB.

Especificamente, buscou-se compreender: a forma como os membros das Unidades Executoras – UExs se organizam para tomada de decisões no que se refere ao gerenciamento e ao investimento dos recursos do PDDE; descrever em quais áreas do ensino e/ou atividades educacionais os recursos do PDDE foram empregados com vistas à melhoria do processo de ensino; apontar os possíveis obstáculos e/ou dificuldades políticos e estruturais que as UEx enfrentam durante o processo de gerenciamento e aplicação deste recurso; e compreender a relação estabelecida pelas escolas pesquisadas entre a gestão dos recursos do PDDE e o IDEB,

bem como as estratégias de adequação ou elevação desse índice. Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois o método utilizado para materializar o presente trabalho foi o estudo de caso.

Os instrumentos e as técnicas utilizadas na obtenção de dados foram, respectivamente, a entrevista semiestruturada e a análise documental. Para interpretação dos dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo. A análise dos dados coletados aponta que, na escola A, as formas de participação desses sujeitos junto à UEx aparece de forma restrita à execução de tarefas e presença em reuniões. Isso se refere à consulta e à informação sobre formas de operacionalização, aplicação e prestação de contas dos recursos do PDDE. Na escola B, é possível afirmar, a partir da fala dos entrevistados, que prevalece a participação colegiada na qual os sujeitos exercem influência efetiva e direta na tomada de decisão. Com relação ao investimento dos recursos do PDDE, na escola A, os membros da UEx priorizam a aquisição de materiais e equipamentos ligados à área didático-pedagógica. Também investem em materiais de expediente e manutenção da rede física do prédio escolar. Na escola B, os membros da UEx afirmaram que investem os recursos na área pedagógica, em equipamentos de áudio, processamento de dados e mobília em geral. Ainda de acordo com os membros das UExs, estes não encontram dificuldades em gerenciar e aplicar os recursos oriundos do PDDE. O estudo apontou ainda que no caso das escolas participantes da pesquisa, as UExs não possuem um planejamento e/ou estratégias criadas em função do PDDE para investir os

recurso, a fim de elevar o IDEB.

A partir dos dados desta pesquisa, conclui-se que o PDDE parece não conseguir promover, de forma direta e eficaz uma mudança das estratégias de gestão a nível local. Além disso, não consegue mudar a gestão e o trabalho desenvolvido nestas instituições a fim de atender os propósitos de qualidade estabelecidos pelo IDEB.

*

Título: O tutor presencial na educação a distância: interação entre papel, atribuição, mediação e prática pedagógica na formação continuada de professores

Autor: Leililene Antunes Soares

Orientação: Rita Márcia Andrade Vaz de Mello (*orientadora*), Frederico José Vieira Passos (*co-orientador*)

Data da defesa: janeiro de 2012

O presente estudo objetivou analisar a prática pedagógica dos tutores presenciais do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica. Além de compreender o papel e atribuições, buscamos identificar as mediações pedagógicas efetivadas pelos tutores no processo de promover a aprendizagem dos cursistas na perspectiva da construção de conhecimentos na formação continuada de coordenadores pedagógicos na modalidade a distância.

O estudo desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa. Utilizaram-se, como instrumentos de coleta de dados, questionários e entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. O objeto de

estudo pesquisa constituiu-se do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica, vinculado à Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública. Os sujeitos pesquisados foram três tutoras presenciais e nove cursistas.

Os resultados indicaram que a prática pedagógica está voltada para o atendimento das necessidades das cursistas, respeitando suas singularidades por meio de auxílios qualitativos, contextualizados e direcionados a uma educação contínua e colaborativa. Tutoras e cursistas associam a prática pedagógica ao processo de mediação, no qual o vínculo entre estes sujeitos foram relevantes para que ambos se sentissem parte fundamental do processo de formação continuada. A prática foi relacionada à transmissão de saberes, à avaliação formativa, baseada na orientação e acompanhamento das cursistas, que ocorreu de forma contínua, motivando-as à construção do próprio conhecimento por meio de uma relação de proximidade, solidariedade e colaboração.

As tutoras acompanharam o desenvolvimento das atividades, relacionando a teoria à prática, e utilizaram as diferentes ferramentas do PVANet como instrumento de informação. Essas ações favoreceram a construção da própria aprendizagem, o desenvolvimento da autonomia e reflexão, elementos mediadores imprescindíveis na formação de professores em EaD. As tutoras cumpriram suas atribuições, auxiliaram, orientaram, mediaram, ensinaram, esclareceram dúvidas, favorecendo

a aprendizagem e o pensamento das oportunidades, do crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional das cursistas.

*

Título: “Eu não gosto desse instrumento, mas também o aluno não gosta das provas...” A avaliação da aprendizagem e a avaliação de disciplinas na ótica de professores universitários

Autor: Maria Tereza Fernandino Evangelista

Orientação: Alvanize Valente Fernandes Ferenc (*orientadora*), Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva (*co-orientadora*)

Data da defesa: março de 2012

O presente estudo pretendeu analisar os significados atribuídos à avaliação da aprendizagem por professores e, ainda, investigar os desdobramentos dos resultados das avaliações de disciplinas na reestruturação das mesmas e, diretamente, na prática pedagógica. Essa pesquisa foi orientada em torno de algumas disciplinas e respectivos professores de um específico Centro de Ciências da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Percebemos como as questões didático-pedagógicas estão diretamente relacionadas com o Projeto para Avaliação de Disciplinas (PAD) visto que, através deste último, os docentes podem refletir suas concepções, impressões e situações vivenciadas em sala de aula, o que possivelmente gera elementos de contribuição para o seu próprio desenvolvimento profissional, como também para o estudante.

Desse modo, fez-se pertinente a delimitação dos objetivos específicos deste estudo, a saber: verificar se os resultados das avaliações de disciplinas são direcionados a discussões e melhorias das mesmas; analisar os reflexos da avaliação de disciplinas nas práticas pedagógicas dos professores; caracterizar a prática pedagógica dos professores por meio das entrevistas realizadas com os docentes; identificar, nos relatos de entrevistas, as concepções dos professores sobre a avaliação da aprendizagem.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado um roteiro de entrevista que se orientou por questões que versaram sobre a formação acadêmica dos sujeitos, o PAD e a prática pedagógica dos sujeitos com ênfase na avaliação da aprendizagem, eixo desse estudo. A análise de conteúdo como opção metodológica nos forneceu elementos para a discussão dos dados, uma vez que orientou-nos na construção das categorias de análise, possibilitando apreciação das mensagens dos professores nas entrelinhas dos discursos, em busca dos significados que esses sujeitos atribuem à avaliação da aprendizagem.

Este estudo revela elementos de uma prática pedagógica orientada pela racionalidade técnica e explícita lacunas relativas aos saberes pedagógicos. Da mesma forma percebeu-se que os professores entrevistados entendem a avaliação da aprendizagem mais em uma perspectiva de verificação do conteúdo e desvinculado do processo de ensino e aprendizagem; reconhecem parcialmente a relevância dos resultados das avaliações de disciplinas realizadas pelos estudantes e se utilizam, em parte,

desse resultados para aprimorar sua prática pedagógica. Verificou-se que o núcleo do debate se enquadra no contexto da formação de professores, visto que, é neste lugar acadêmico que podem ser levantadas e debatidas questões referentes às práticas avaliativas que transformem um cenário carente de investimento na formação pedagógica dos profissionais.

*

Título: A construção dos saberes docentes por professores formadores

Autor: Fabiana Cristina Teixeira

Orientação: Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva (*orientadora*), Heloisa Raimunda Herneck, Marcelo Loures dos Santos (*co-orientadores*)

Data da defesa: maio de 2012

O presente estudo pretende investigar como se dá a construção dos saberes docentes por professores formadores de uma universidade federal do interior de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada por meio das narrativas dos professores, focando especificamente em seus percursos de formação.

A revisão de literatura englobou como temas principais: a construção dos saberes docentes e o aprender a ensinar; a docência no ensino superior; e a formação de docentes formadores. A análise das narrativas foi realizada a partir da revisão de literatura feita previamente, abrangendo autores nacionais e internacionais do campo da formação de professores. Estruturalmente, a análise contou com três eixos temáticos: o primeiro, envolvendo as experiências

anteriores à docência; o segundo, a construção da docência; e o terceiro, considerando os caminhos e desafios dos docentes formadores.

Como participantes da pesquisa, contou-se com dois sujeitos atuantes nos cursos de formação de professores, com equivalente tempo de experiência na docência do ensino superior. Os docentes narraram seus percursos formativos a partir de suas experiências educacionais, passando por desafios, figuras de referência significativas em seus trajetos, desafios e as mais variadas experiências que culminaram na forma como atuam na contemporaneidade, considerando os desafios e expectativas.

A análise de dados confirmou que a apropriação dos saberes se dá de modo processual, contínuo e perpassando toda trajetória de vida, embora tenhamos focado apenas o percurso de formação. O estudo apontou, ainda, o quanto os saberes docentes estão articulados entre si e interferem-se mutuamente em seus processos constitutivos, envolvendo as dimensões do conhecimento, da experiência e pedagógicas. Além disso, apontou condições mínimas percebidas pelos docentes como fundamentais para a atuação no campo, que envolvem saberes específicos, enfatizando valores éticos, desenvolvimento da autonomia, do pensamento reflexivo, da responsabilidade consigo e com o outro. Inferimos que as condições apontadas por estes formadores perpassam o campo da Filosofia, possuindo relação entre o campo disciplinar e a área de atuação, mas esta é uma lacuna a ser investigada por outras pesquisas.